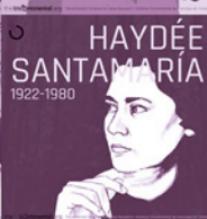
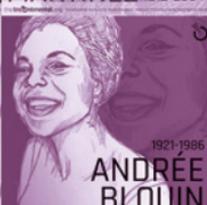


ESTUDOS | Feministas n°5

Josie Mpama



tricontinental
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social



ESTUDOS | feministas nº5

Josie Mpama (1903–1979)

Mulheres de luta, mulheres em luta



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
março de 2023

Poucas fotografias de Josie Mpama podem ser encontradas nos arquivos ou online. A arte neste estudo recupera a presença amplamente desconhecida de Josie em importantes espaços políticos e processos dentro das lutas anticoloniais e *anti-apartheid* nas quais ela desempenhou um papel importante. Sua figura é recortada, um reconhecimento de que, devido às condições materiais e políticas de então e agora, hoje temos poucos registros visuais de seu envolvimento na formação da história da África do Sul. A arte coloca Josie em momentos políticos importantes, refletindo a tentativa do estudo de recuperar um legado que foi “ignorado e amplamente excluído do registro histórico convencional”, como escrevemos na introdução.

O século 20 foi marcado pelas lutas de libertação nacional que surgiram na África e na Ásia, assim como na América Latina, em que as estruturas neocoloniais haviam subordinado os países formalmente independentes. As conquistas da Revolução Russa de 1917 inspiraram o campesinato e a classe trabalhadora em todo o Sul Global. A luta pela igualdade e libertação sob a liderança dos trabalhadores continua nas lutas anti-imperialistas de nosso tempo. As mulheres, de inúmeras maneiras, moldaram vigorosamente e continuam a moldar todas essas lutas.

Na série *Mulheres de Luta, Mulheres em Luta*, do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, apresentamos as histórias de mulheres lutadoras que contribuíram não apenas mais amplamente para a política, mas também foram pioneiras no estabelecimento de organizações de mulheres, abrindo caminhos de resistência e luta feminista ao longo do século 20.

A práxis, como conhecimento da teoria e dos métodos de organização de luta conforme mudam e respondem à história, dá sustentação às lutas contínuas contra a opressão. Como militantes, estudamos as diversas vidas, contextos e métodos organizacionais dessas mulheres não apenas para entender melhor suas contribuições políticas, mas também para nos inspirar enquanto construímos as organizações necessárias para vencer a luta contra a atual opressão e a exploração.

No quarto estudo desta série, discutimos a vida e as lutas políticas de Josie Mpama (1903–1979), uma liderança na resistência contra a opressão colonial e o sistema de *apartheid* na África do Sul. Josie foi uma figura chave na história das mulheres lutadoras na África do Sul e uma liderança do Partido Comunista da África do Sul. Sua vida nos ensina sobre a importância da organização de base e de massas, bem como os desafios que acompanham esse trabalho. Como tantas mulheres envolvidas na política radical, particularmente no Sul Global, as extraordinárias contribuições políticas e perspicácia teórica de Josie foram negligenciadas e amplamente excluídas do registro histórico dominante.



Nascida Josephine Winifred Mpama, em 21 de março de 1903, Josie – como era conhecida por familiares, amigos/as e camaradas – chegou a ter muitos nomes em função das manobras que precisava realizar em diferentes contextos. Onde a língua inglesa dominava e permitia maior mobilidade social e econômica, seu sobrenome foi anglicizado e ela atendia por Josie Palmer. Em outras ocasiões, quando ela estava com seu companheiro, Edwin, com quem tinha uma união estável, e a política de respeitabilidade entrava em jogo, ela utilizava o sobrenome dele e se tornava Sra. Mofutsanyana. Em trabalhos mais secretos, seus pseudônimos conhecidos incluíam Winifred Palmer, Beatrice Henderson e Red Scarf.

Josie nasceu um ano após o fim da Guerra da África do Sul (1899–1902), durante a qual o Império Britânico e os Boers (descendentes de colonizadores holandeses) lutaram pelo controle da região. Ela cresceu e se tornou politicamente ativa durante um dos períodos políticos mais tumultuados da história da história de seu país, quando a minoria branca tentava consolidar seu controle sobre a terra, o trabalho e o poder político. Ao mesmo tempo, profundas mudanças e conflitos também ocorriam no cenário político e econômico internacional: antes de completar 40 anos, Josie viveria a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a Grande Depressão, a formação da Internacional Comunista (Comintern), a

ascensão do fascismo europeu e a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Embora o Tratado de Vereeniging, assinado em 31 de maio de 1902, tenha encerrado a guerra entre o Império Britânico e os bôeres, a paz não se fez presente na África do Sul. Durante as décadas que se seguiram, foram lançadas as bases para a ascendência sistemática e estrutural do domínio branco e da segregação racial, expropriação de terras e imposição de mão de obra migrante barata. O estabelecimento da União da África do Sul em 1910, que consolidou várias colônias britânicas e assentamentos bôeres em um estado unitário, iniciou uma fase que construiu as bases para o surgimento do sistema de *apartheid* de governança racialmente segregada. A aplicação mais intensa desse sistema viria após a vitória eleitoral de 1948 do Partido Nacional Africânder branco de direita, cujos líderes, como John Vorster, tinham conexões diretas com o fascismo alemão.

Em meio a essas convulsões políticas mais amplas, a jovem Josie experimentou em casa turbulência pessoal e pobreza. Aos sete anos, seus pais se divorciaram, iniciando uma longa batalha por custódia e um período em que ela passou continuamente entre os cuidados de diferentes familiares, alguns dos quais eram altamente abusivos (Mpama, 2003). Sua família operária também estava dividida pelas categorias raciais impostas pelo Estado



colonial: seu pai era zulu e trabalhava como intérprete da corte, enquanto sua mãe era designada como “de cor” e trabalhou como empregada doméstica por vários anos, embora estivesse entre as mais bem pagas.¹ De acordo com a designação do Estado, Josie era considerada “de cor”, o que significava que ela poderia ter escolhido viver separada e “acima” da maioria africana, aceitando vantagens econômicas e políticas, por mais limitadas que fossem, de acordo com a hierarquia racial imposta pelo sistema do *apartheid*. Em vez disso, Josie rejeitou e escolheu se identificar e trabalhar entre os africanos durante toda a sua vida, vivendo em comunidades predominantemente africanas da classe trabalhadora ou em áreas racialmente diversas, como Sophiatown, que desafiava a segregação sancionada pelo Estado.

Josie chegou à militância por meio de protestos da comunidade por melhores condições e direitos de moradia durante o final dos anos 1920 e início dos anos 1930 em sua cidade natal, Potchefstroom, localizada a cerca de 120 quilômetros a sudoeste de Joanesburgo. Foi lá, nas

¹ Os governos coloniais e de *apartheid* na África do Sul desenvolveram um sistema de classificação racial que separou os africanos dos colonos europeus e designou indivíduos miscigenados como uma terceira categoria separada, identificada como “de cor”. Hoje, a designação continua a ser usada e passou a ser associada aos africanos na África do Sul que têm ascendência racial “miscigenada” ou são descendentes de escravos trazidos para a Colônia do Cabo de várias partes do mundo. Porém, é importante lembrar que o termo foi uma imposição colonial que servia para separar famílias e comunidades. Também apagou as identidades únicas e diversas dos grupos indígenas ao categorizar aqueles que não pertenciam aos clãs étnicos de língua bantu como “de cor” como um método da elite dominante para dividir e conquistar a população africana. Para uma leitura mais aprofundada sobre este tópico, consulte “The Lie of 1652: Race and Class in South Africa, Interview with Patric Mellet”, *Amandla!*, n. 73/74, dez. 2020. Disponível em: <https://aidc.org.za/the-lie-of-1652-race-and-class-in-south-africa-interview-with-patric-mellet/>.

trincheiras da luta, que ela se tornou uma das primeiras mulheres negras a ingressar no Partido Comunista da África do Sul (PCAS) em 1928 e, posteriormente, a ocupar um alto cargo de liderança no partido.² O movimento comunista influenciou profundamente seu pensamento e ação. Em uma comemoração da Revolução Russa organizada pelo CPSA em novembro de 1932, Josie afirmou a relevância da revolução para “todos os trabalhadores, independentemente da cor”, e continuou a ter profunda admiração pelo projeto soviético até sua morte (Edgar, 2020, p. 133, 221).

Na década de 1930, Josie se envolveu na seção sul-africana da Ajuda Vermelha Internacional do Comintern, conhecida como *Ikaka la Basebenzi* [escudo dos trabalhadores], criada em 1931 após o assassinato do militante comunista Johannes Nkosi pela polícia em um protesto em Durban.³ Alguns anos depois, Josie viajou

² Na África do Sul, o termo “africano” refere-se a pessoas que descendem de grupos que migraram da África Ocidental e Central entre 2.000 a.C. e 1.500 d.C. Eles foram classificados pela primeira vez pelos colonos brancos como “nativos” e “bantos” sob o colonialismo e “africanos” sob o *apartheid*. O termo “negro” refere-se a todos os que não são classificados como “brancos” sob o *apartheid*, incluindo pessoas classificadas como “indianas” e “de cor”.

³ A Ajuda Vermelha Internacional, também conhecida por sua sigla russa MOPR, foi fundada pelo Comintern em 1922 “para organizar assistência material e moral aos combatentes de vanguarda pela causa do comunismo que estão presos na prisão, forçados ao exílio ou por qualquer motivo excluídos contra sua vontade de nossas fileiras de combate”. Ver John Riddell, “International Red Aid 1922–1937: Uniting to Defend Class War Prisoners”, *Monthly Review Online*, 5 ago. 2021, <https://mronline.org/2021/08/05/international-red-aid-1922-1937-uniting-to-defend-class-war-prisioneiros/>; Roth, ‘Josie Mpama’, 122; Hakim Adi, *Pan-africanismo e comunismo: The Communist International, Africa, and the Diaspora, 1919–1939* (Africa World Press, 2013), 386.



para a União Soviética e ganhou mais experiência em primeira mão com o Comintern.

Embora algumas de suas contribuições mais importantes tenham sido feitas para as campanhas nacionais contra a Lei do Passe do *apartheid*, seu foco na organização de mulheres, como ser fundadora da Federação Multirracial de Mulheres Sul-africanas (FEDSAW, sigla em inglês) em 1954, é particularmente significativo. Josie foi uma das poucas a defender publicamente o aumento da participação política das mulheres e o avanço das mulheres da classe trabalhadora, e foi uma das primeiras mulheres negras a falar publicamente sobre as conexões entre gênero, raça e classe (Edgar, 2020, p. 113 e 128; Lodge, 2021, p. 313; Roth, 1996, p. 122).

Devido a vários preconceitos - antigos e atuais - sobre quem pode ser considerado intelectual e o que é o trabalho intelectual, os papéis de Josie como intelectual orgânica, pensadora política e líder são frequentemente negligenciados.⁴ Embora sua educação em teoria marxista fosse um tanto informal e irregular por natureza, ela valorizava claramente a necessidade da luta de classes organizada. Para Josie, a teoria e a ideologia serviam ao seu propósito na medida em que avaliavam as realidades e condições concretas para dar base ao plano de ação.

⁴ Para saber mais sobre intelectuais orgânicos, ver Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, *O novo intelectual*, dossiê n. 12, 11 fev. 2019. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/o-novo-intelectual/>.

Embora guiada pela linha partidária, como observa seu biógrafo Robert R. Edgar, “ela não hesitava em assumir posições independentes e criticar duramente as políticas do PCAS, que ela acreditava não estarem enraizadas nas realidades sul-africanas” (Edgar, 2020, p. 131).

Como muitos intelectuais orgânicos, Josie chegou à política por meio de suas experiências, no caso dela, crescendo sob o domínio branco na África do Sul do *apartheid* e participando de protestos comunitários. Encontrando o marxismo e a teoria revolucionária em cacos e fragmentos, ela – como muitos intelectuais orgânicos e organizadores políticos do Sul Global durante a era da libertação nacional – integrou os conceitos que aprendeu e os aplicou ao seu contexto específico para promover a luta popular.⁵

Fora de sua vida política pública, ela assumiu tantos papéis quanto nomes, incluindo os de mãe, avó e, em seus últimos anos, militante comunitária eclesial e curandeira popular. Em última análise, seu compromisso duradouro de mudar a realidade social de seu povo foi baseado em sua afeição genuína por sua comunidade e estimulado por uma estrutura de revolução social.

⁵ Para ler mais sobre esse tópico, ver Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Amanhecer: *Marxismo e Libertação Nacional*, dossiê n. 37, 8 fev. 2021. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossier-37-marxismo-e-libertacao-nacional/>.



Servindo a florescente economia branca

Durante a virada do século 20, homens africanos de áreas rurais na África do Sul e países vizinhos foram atraídos para o emergente centro industrial de Joanesburgo como mão de obra para as minas da cidade. Somente os homens eram autorizados a realizar esse tipo de trabalho e, ao chegarem, viviam em conjuntos semi carcerários de trabalhadores, remunerados a uma taxa tão baixa que não podiam sustentar suas famílias em casa. A criação da moderna África do Sul estava enraizada em uma organização segregada e segmentada do trabalho, contando não apenas com a exploração implacável de uma maioria racializada da classe trabalhadora, mas também se beneficiando substancialmente das divisões de gênero do trabalho dentro dessa força de trabalho. Como a principal jornalista e comunista sul-africana Ruth First escreveu em 1978:

É um sistema de mão de obra barata, de mão de obra migrante, que primeiro arrasta os homens para fora das reservas rurais para servir à economia branca, depois os retira dessa economia quando estão velhos e doentes demais para trabalhar; manda-os embora, de volta às reservas quando estão desempregados. Assim, os governantes brancos se absolvem simultaneamente de qualquer responsabilidade pelos idosos, doentes,



Os protestos contra a taxa cobrada de inquilinos em Potchefstroom no final da década de 1920 frequentemente se opunham às autoridades do município, fotografados à distância. Essas foram experiências políticas formativas para Josie.

Fotografia de referência de Gawie van der Walt, proveniente de Lennie Gouws.

desempregados e suas famílias; e removem a fonte de revolta da classe trabalhadora.

...

São as mulheres que carregam os fardos mais pesados desse sistema migratório. Elas são deixadas para trás com o fardo da família; e são deixadas para trás como produtoras, para manter a agricultura funcionando.

Assim, elas são responsáveis tanto pela família quanto pela produção (First, 2006, p. 300).

Esse trabalho consistia não apenas em cuidar de jovens e idosos doentes e desempregados, para garantir que famílias e comunidades sobrevivessem nas “reservas” rurais africanas (conceito retirado das reservas indígenas dos Estados Unidos), mas, posteriormente, também incluía o trabalho reprodutivo doméstico e social que era essencial para manter a classe dominante branca.

Embora as mulheres africanas tenham sido inicialmente excluídas das indústrias florescentes, as duras condições nas reservas rurais – juntamente com o fato de receberem pouca ou nenhuma remessa de seus parentes homens urbanos – acabaram levando-as a procurar trabalho ou meios de subsistência nas cidades. A maioria trabalhava como empregada doméstica, cervejeira, pequena comerciante e lavadeira. A precariedade e os baixos salários caracterizavam esse novo exército de reserva de mão de obra precária, que foi empurrado para as periferias das cidades e fortemente controlado e policiado.

No início da adolescência, Josie se juntou a essa força de trabalho informal, assumindo uma variedade de empregos domésticos precários e de curto prazo, como lavar roupas, limpar casas e cozinhar, além de dois aprendizados de costura. Ela ganhava salários extremamente baixos, em parte devido à sua pouca idade.

Após a Guerra da África do Sul, os britânicos e os bôeres (ou africâneres) firmaram uma aliança para estabelecer a União da África do Sul em 1910 e promulgar um sistema de leis opressivas e processos discriminatórios para consolidar o domínio branco. Famílias, lares, trabalho e terras africanas foram visados de várias maneiras, principalmente por meio do sistema instaurado pela Lei do Passe, que impôs várias restrições à maioria africana e sua capacidade de viver nas cidades, circular livremente e trabalhar. O sistema incluía medidas que criminalizavam as greves para os trabalhadores africanos, proibindo-os de certos tipos de emprego e fornecendo-lhes menos compensações por lesões do que os seus homólogos brancos. Essas políticas buscavam controlar e limitar sua capacidade de trabalhar em áreas urbanas, que tinham o maior potencial de ganho salarial, e limitar sua existência social e, em última instância, política. No entanto, as leis de aprovação também foram usadas para garantir um suprimento barato de mão de obra em cidades designadas quase exclusivamente para a florescente economia branca. Em vários pontos, o sistema de *apartheid* foi aplicado por meio de policiamento sistemático e do uso de cadernetas de passe, que os africanos tinham que carregar o tempo



todo e que continham informações de identificação pessoal, incluindo detalhes biométricos e de emprego. Sob esse regime, os africanos estavam sujeitos à constante vigilância, assédio e ameaça de multa ou prisão.

A resistência popular e organizada para aprovar leis surgiu em todo o país no início da década de 1910, sendo uma das primeiras a histórica campanha liderada por mulheres em 1913 em Bloemfontein. Embora essas lutas tenham conseguido obter concessões em alguns casos, o sistema da Lei de Passes continuou a se expandir. A Lei dos Nativos (Áreas Urbanas), aprovada em 1923, abriu caminho para o reforço do sistema de controle de fluxo que se desenvolveria durante a era do *apartheid*, que restringiu ainda mais os movimentos e a conduta dos africanos nas áreas metropolitanas. Sob a lei de 1923, os africanos foram definidos como “peregrinos temporários” que só eram permitidos nas cidades na medida em que servissem “às necessidades da população branca”, como afirma a lei.⁶ Embora as leis promulgadas em 1902 e 1913 já tivessem estabelecido as bases para a segregação racial e desapropriação de terras (alocando menos de 10% das terras aráveis para os africanos), a Lei dos Nativos de 1923 deu às autoridades locais maiores poderes para impor controles dentro de seus municípios.⁷ Foi nesse contexto que Josie fez sua estreia política.

⁶ Ver (em inglês): a Lei de Nativos (Áreas Urbanas), Lei n. 21 de 1923. Disponível em: <https://disa.ukzn.ac.za/leg19230614028020021>.

⁷ Ver (em inglês): Centenário da Lei da Terra dos Nativos de 1913. Disponível em: <https://www.gov.za/1913-natives-land-act-centenary>.

Resistência em Potchefstroom

Potchefstroom foi um reduto político para o projeto de colonização africâner e, mais tarde, para o sistema do *apartheid*. Ao contrário de Bloemfontein, onde as lutas anti-passe se desenvolveram em um contexto de escassez de mão de obra, as lutas em Potchefstroom aconteceram pelo excesso de mão de obra (Wells, 1994, p. 66). Em uma tentativa de controlar a crescente população africana na área, o governo colonial impôs uma série de restrições, incluindo toque de recolher noturno e taxas de serviços públicos (como a construção de encanamentos de água), muitas das quais afetaram profundamente as mulheres africanas.

Fartas da onda de restrições e do aumento dos custos da sua vida cotidiana, em 28 de setembro de 1927, um grupo organizado de cerca de 200 mulheres africanas marchou contra o fechamento dos poços de água. As mulheres, muitas das quais ganhavam a vida lavando roupas de famílias brancas, marcharam até o magistrado local com uma faixa vermelha, branca e azul com as palavras “Por Misericórdia”, para mostrar seu descontentamento (Edgar, 2020, p. 65).

O Estado promulgou tais medidas para extrair receita das famílias africanas para cobrir *déficits* financeiros públicos que, de outra forma, teriam de ser pagos pelas



famílias brancas (Edgar, 2020, p. 68-69). A oposição mais intensa surgiu em resposta à política de permissão do inquilino, que exigia que qualquer pessoa com mais de 18 anos morando em uma casa de propriedade de outra pessoa se registrasse e pagasse às autoridades municipais uma licença mensal. Isso significava que os próprios filhos e parentes tinham que pagar uma taxa mensal para morar na casa de sua família. Aqueles que não pagaram enfrentaram processos, despejos e expulsões, minando ainda mais a coesão social da família africana já desfeita pelo sistema de trabalho migrante.

Ao lado de outros líderes comunitários e quadros comunistas (incluindo Edwin Thabo Mofutsanyana, que mais tarde se tornou seu marido), Josie liderou protestos importantes contra o município local e moradores brancos em relação às autorizações do inquilino, incluindo uma campanha de resistência passiva que exigia a recusa em pagar a taxa. As mulheres foram particularmente criativas e resilientes durante esse período, usando várias táticas de resistência coletiva, como devolver rapidamente os moradores despejados e seus móveis de volta para suas casas (Wells, 1994, p. 84). Embora os protestos tenham começado espontaneamente, o PCAS forneceu apoio organizacional e legal, bem como direção política ao movimento. Em 1928, o crescente PCSA local tinha cerca de mil membros, com Josie entre as primeiras recrutadas nessa onda (Edgar, 2020, p. 54; Lodge, 2021, p. 222).

Antes de uma reunião massiva de mais de 500 pessoas realizada em 16 de dezembro de 1929, com o objetivo de agitar e recrutar pessoas para lutar contra o regime racista, os panfletos do PCAS declararam:

Venham aos milhares! Trabalhadores africanos! Vocês não têm armas ou bombas como seus mestres, mas têm seus números; vocês têm seu trabalho e o poder de organizá-lo e recusá-lo. Estas são suas armas; aprenda a usá-las, colocando assim o tirano de joelhos (Edgar, 2020, p. 82-83).

A luta em Potchefstroom atingiu o pico em janeiro de 1930, quando uma greve geral fechou grande parte da cidade. As mulheres africanas lideraram o ataque, organizando piquetes, bloqueando estradas importantes e impedindo outros africanos de irem trabalhar.

Embora essas lutas tenham criado obstáculos para as autoridades locais, que finalmente capitularam e retiraram as taxas de permissão do inquilino em maio de 1931, em maio de 1930 a resistência ativa havia diminuído, a organização do partido quase deixou de existir e Josie foi forçada a deixar a cidade (Wells, 1994, p. 84-85). As autoridades brancas usaram a luta em Potchefstroom como um experimento para melhorar os mecanismos de controle, que encontrariam expressões novas e mais duras nos anos posteriores.



As lutas comunitárias que se desenrolaram em torno da resistência às autorizações de inquilino em Potchefstroom foram experiências formativas para Josie, tanto em termos de organização de mulheres quanto de introdução ao comunismo. Cultivaram nela um profundo senso de que, para avançar, a luta política tinha que se alicerçar em questões sobre o “ganha pão”, o que mais afetava a maioria. Quando membros do CPSA ou funcionários do Comintern minimizaram a importância dessas lutas, Josie continuou a insistir que o partido precisava apoiá-las para se tornar mais relevante para as massas trabalhadoras (Roth, 1996, p. 122; Edgar, 2020, p. 124-126).

Vestindo o lenço vermelho

Após meses de discussão e debate entre várias organizações de esquerda sobre a possibilidade de formar um partido comunista, o PCAS iniciou sua conferência de fundação em 30 de julho de 1921. Foi o primeiro desse tipo no continente. O objetivo inicial do partido era, conforme declarado em seu manifesto de fundação, “estabelecer o contato mais amplo e próximo possível com trabalhadores de todas *as classes e raças* e propagar o evangelho comunista entre eles”, inspirando-se e orientando-se no Comintern (Bunting, 1975, p. 26-27). O partido reconheceu a importância de apoiar as lutas africanas, particularmente relacionadas à habitação, desapropriação de terras, controle de fluxo de trabalho e emancipação política (Lodge, 2020, p. 69).

Moses Kotane, que se tornou o segundo secretário-geral africano do partido em 1939, lembrou que, dos primeiros quadros negros, Josie foi uma das primeiras a ingressar no partido (os registros do Comintern indicam que ela foi a integrante número 516, com ingresso em 1928) (Bunting, 1975, p. 53; Mpama, 2003, p. 160). O partido organizou aulas aos sábados à noite sobre ideologia e organização comunista, às quais novos recrutas como Josie passaram a ir depois de se mudarem para Joanesburgo no final de 1931. Mais tarde, ela abriu uma filial em Sophiatown e abriu uma escola noturna de formação ideológica, além





Umsebenzi, o jornal do Partido Comunista da África do Sul, foi uma das ferramentas do partido para compartilhar seus pontos de vista e trabalho. Josie escreveu para o jornal e defendeu mais contribuições dos trabalhadores negros.

Fotografia de referência fornecida de Corinne Sandwith/Revolutionary Papers através da Historical Papers Library, University of the Witwatersrand.

de matemática básica e inglês (Edgar, 2020, p. 161). Em meados da década de 1930, Josie havia entrado para a liderança sênior do partido. Ela esteve no Bureau Político em vários momentos e no Comitê Central até pelo menos 1946. Talvez tenha sido a única mulher negra a ocupar tais cargos em qualquer partido político na África do Sul na época (Mpama, 2003, p. 160; Roth, 1996, p. 123).

De um modo geral, faltava ao partido mulheres ativas e líderes. Isso se deveu em grande parte às condições materiais, ou seja, encargos domésticos, divisões raciais, práticas patriarcais, restrições sociais e geográficas e falta de acesso à educação. No que diz respeito à percepção da capacidade das mulheres em realizar efetivamente o trabalho político, as atitudes patriarcais prevaleceram tanto na sociedade quanto no partido, e o trabalho partidário foi às vezes considerado o reflexo de uma cultura de “intelectualismo exclusivo” que marginalizava aqueles sem uma base educacional formal ou política (Klein, 2006, p. 19). No entanto, embora em pequeno número, as mulheres desempenharam um papel importante no PCAS do final da década de 1920 até a década de 1940. Isso permaneceu assim depois que o partido foi banido em 1950 e forçado à clandestinidade, reconstituindo-se como o Partido Comunista Sul-Africano (PCSA). Entre essas mulheres estavam Ray Alexander, Molly Wolton, Hilda Bernstein, Dora Tamana, Fatima Seedat, Cecilia Rosier, Rebecca Bunting, Sonia Bunting, Rica Hodgson, Thoko Mngoma, Winifred



Seqwana, Florence Mkhize, Letitia Sibeko, Violet Weinberg e Ruth First.

Para subir na hierarquia do partido, era preciso ter formação e experiência política. Quando surgiu a oportunidade de se formar no exterior, Josie aproveitou a chance, acompanhando Matilda First, mãe da jornalista sul-africana e ícone comunista Ruth First, a Moscou em 1935 para estudar na Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente (Bunting, 1975, p. 79; Edgar, 2020). Usando os pseudônimos Red Scarf e Beatrice Henderson, Josie participou de várias atividades durante seu tempo na União Soviética, incluindo o Sétimo Congresso Mundial do Comintern.

Enquanto estava em Moscou, ela testemunhou e forneceu relatórios perante uma comissão sobre a África do Sul em relação aos conflitos internos entre grupos opostos dentro do PCAS, que chegaram a tal ponto que muitos consideraram que o partido estava à beira do colapso. O então secretário-geral Moses Kotane levantou a importante crítica de que o partido não era suficientemente “africanizado”, referindo-se ao fato de que uma parte significativa da liderança, encabeçada por Lazarus Bach, conhecia pouco as realidades das massas africanas e estava preocupada com debates europeus, desvinculando os ideais da organização e da atividade

partidária.⁸ Embora ela tenha pedido maiores esforços para “africanizar” o partido e reconhecer as divisões raciais existentes, Josie, ao lado de Kotane, se opôs a posições que defendiam dividir a estrutura organizacional do partido racialmente, incluindo a proposta de Edwin de formar alas no partido com base em raça em 1938 (Roth, 1996, p. 122; Edgar, 2020, p. 131 e 155).

Josie teve o cuidado de não tomar partido durante a comissão e priorizou manter o partido unido. Ela não se esquivou, no entanto, de compartilhar suas preocupações, como a falta de iniciativas para organizar os trabalhadores em células nas fábricas, bem como a fraca retenção de membros, a formação insuficiente de quadros africanos para cargos de liderança e a decisão de priorizar a união de todas as raças em uma frente, em detrimento de abordar os problemas únicos enfrentados pelo povo africano (Mpama, 2003, p. 182-185). Josie também apontou para a abordagem do partido em relação à escrita e publicação de artigos, expressando sua frustração com as lideranças por não estimularem os esforços literários dos trabalhadores (Edgar, 2020, p. 149). “Se algo estava errado com o artigo”, ela perguntou, “não poderia ter sido corrigido? (Mpama, 2003, p. 193)”.

⁸ Na mesma época, Josie assinou uma carta escrita por doze membros do partido que foi enviada ao Bureau Político, criticando uma pequena “camarilha” por promover políticas incorretas que isolavam o partido das massas e por tentar remover Kotane de sua posição. Ver Bunting, *Moses Kotane*; Lodge, *Red Road*, p. 317.



Um tema importante nas críticas de Josie relacionava-se com a falta de engajamento do partido com a realidade concreta e de vitalidade política. Ela expressou preocupação com a natureza mecânica das reuniões de liderança, dizendo que “costumávamos apenas discutir o trabalho do grupo e nunca discutíamos questões políticas” (idem, p. 182). Ela argumentou que essa abordagem levou a um problema fundamental: a negligência geral do partido em relação às questões levantadas e que afetam o povo africano. Para Josie, o partido não estava suficientemente enraizado na realidade social do país, concentrando-se nas discussões teóricas marxistas ortodoxas e nos desenvolvimentos políticos europeus (Edgar, 2020, p. 120).

Notavelmente, Josie alertou o partido contra a demissão de lideranças nacionalistas africanas, argumentando que eles constituíam uma “burguesia nativa” e que, dentro da ampla frente de resistência, eles iriam “nos ajudar a nos unir e lutar contra o imperialismo” (Mpama, 2003, p. 195). Ela explicou que “se subestimamos a burguesia como classe, isso significa que ainda não entendemos o poder do capitalismo”, e que “não devemos fugir do fato de que, embora sejam reformistas, eles têm influência sobre as massas” (idem, p. 195; Lodge, 2021, p. 189-190, 216). Em seus primeiros anos, o PCAS explicitamente desencorajou alianças com grupos nacionalistas africanos, apesar da posição do Comintern que defendia o apoio tático aos principais movimentos de libertação nacional

e descolonização.⁹ As conclusões do Comintern da comissão sobre os conflitos internos do partido ecoaram muitas das preocupações de Josie em relação ao fracasso do Partido em construir uma base de massas e alianças táticas, que, segundo eles, surgiram de uma incapacidade em compreender adequadamente o contexto sul-africano. Aqui, os esforços de Josie e outros foram bem-sucedidos: na década de 1940, o PCAS havia aumentado sua cooperação com o Congresso Nacional Africano (CNA), um movimento de libertação nacional que começou como um projeto burguês em 1912, na tentativa de construir uma frente de luta mais ampla e de massas.

Embora o processo de participação nas reuniões do Comintern fosse em si parte da formação política de Josie, seu principal motivo para viajar para a União Soviética foi estudar na Universidade Comunista dos Trabalhadores do Leste. Um dos mandatos da universidade era fornecer educação e formação política marxista-leninista para lideranças anticoloniais e comunistas do Sul Global, com ex-estudantes como Jomo Kenyatta, Ho Chi Minh, Deng Xiaoping e Harry Haywood. Na década de 1930, a universidade oferecia um curso de 14 meses para estudantes internacionais que

⁹ Durante o Segundo Congresso do Comintern, o líder soviético Vladimir Lênin apresentou uma tese sobre a questão nacional e colonial, descrevendo como, naquele momento específico, “a Internacional comunista deve entrar em uma aliança temporária com a democracia burguesa no colonial e atrasados, mas não devem fundir-se com ele, e devem em todas as circunstâncias defender a independência do movimento proletário”. Ver V. Lenin, “Draft Theses on the National and Colonial Questions”, 2 jun. 1920, Second Congress of the Communist International, <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/jun/05.htm>; Lodge, *Red Road*, p. 69.



se concentrava principalmente na teoria, mas também incluía dois meses de trabalho prático (incluindo três dias em uma fazenda coletiva e quinze dias em organização partidária) (McClellan, 1993, p. 375). Os assuntos incluíam economia política, história, leninismo, materialismo histórico, construção de partidos, ciência militar, política contemporânea e educação em língua inglesa (ibidem).

Embora os estudos de Josie tenham sido interrompidos por vários surtos de problemas de saúde e hospitalização, essa experiência internacional teve um impacto profundo sobre ela, aprofundando sua perspectiva internacionalista e consciência de classe e solidificando ainda mais sua crença na centralidade da organização para o avanço da luta. Durante o Sétimo Congresso do Comintern, ao discutir as mobilizações dos estivadores negros na Cidade do Cabo, que se recusavam a carregar ou tripular carregamentos italianos durante a invasão da Itália na Abissínia (Etiópia), em 1935-1936, Josie destacou a importância do internacionalismo da classe trabalhadora: “embora tenham ocorrido protestos, não fizemos o suficiente. Se todos os africanos estivessem organizados como os estivadores, nenhum barco teria sido carregado com suprimentos para as tropas italianas (...) Os trabalhadores africanos devem ajudar os trabalhadores da Europa a lutar por sua liberdade. A paz só é possível pela ação dos trabalhadores” (Mpama, 2003, p. 215-216). No mesmo discurso, ela também falou sobre a “necessidade

de organização”, argumentando que a “composição do PCAS é ruim”, pois não tinha africaneres e muito poucos africanos, argumentando que seu mandato central deveria ser criar uma organização que “vai atrair todos os pobres e se tornar um poderoso partido de massas” (ibidem).

Ao retornar à África do Sul no final de 1936, Josie concentrou-se na construção do caráter de massas do Partido, alimentada pela urgência de construir uma oposição ampla e organizada ao crescente sistema de *apartheid*. Ela era membro do comitê de coordenação do PCAS, que foi formado em 1937 para trabalhar na “questão da organização em escala nacional” (Bunting, 1975, p. 87). Essa mudança para a organização de um movimento de massas em todo o país marcou uma nova fase para o PCAS, o movimento trabalhista e a luta de libertação como um todo. Isso foi em parte favorecido pelas consequências políticas e econômicas da Segunda Guerra Mundial, como o afluxo de africanos para as áreas urbanas, resultante das exigências de mão de obra por conta do aumento da industrialização em um contexto de duras condições econômicas (inflação, escassez de alimentos, superlotação, etc).

Para Josie, a prioridade era clara: como ela disse em um debate partidário, “os camaradas devem estar entre as massas” (Edgar, 2020, p. 156). Em uma reunião da Frente de Unidade Não-Europeia, em 1939, ela encorajou as pessoas ali presentes a “ir para as fábricas, ir para o campo,



e onde quer que os não-europeus estejam trabalhando para o benefício dos empregadores, diga-lhes que eles têm um direito a uma parte e que temos direito a uma parte dos lucros da riqueza da África do Sul” (idem, p. 164).

O PCAS tornou-se uma força de liderança nesse momento e depois da guerra. Um papel fundamental que desempenhou foi entre os grupos políticos que se reuniram para a Conferência Contra o Passe em novembro de 1943, na qual concordaram em buscar todos os meios possíveis para aumentar a pressão pela abolição dos passes, inclusive trabalhando mais de perto com grupos menos alinhados ideologicamente, mas com interesses comuns que se sobrepõem. Josie estava à frente dos esforços de várias mulheres nessa luta, incluindo a organização de uma conferência sobre leis de passe em março de 1944, antes do lançamento de uma campanha oficial em maio (Lodge, 2021, p. 242 e 245). Esses esforços estabeleceriam as bases para campanhas posteriores para combater o sistema de *apartheid*, depois que ele foi formalmente inaugurado com a eleição do Partido Nacional em 1948.

Ao longo da década de 1940, o PCAS construiu uma ampla frente contra a dominação colonial, formando novas alianças táticas e campanhas nacionais, como o movimento contra o passe. Como descreve o autor Tom Lodge, isso resultou na “ampliação do apoio público à organização, [maior] militância das atividades comunistas,

e no desenvolvimento de percepção e entendimento mútuos entre o Partido e o Congresso Nacional Africano” (idem, p. 280–283). Josie costumava ser encontrada ao lado de uma ampla gama de lideranças políticas em reuniões do CNA e outros grupos que organizavam encontros multirraciais, defendendo o não-racialismo e a participação de mulheres negras, além de oferecer perspectivas de resistência enraizadas em uma análise de classe.¹⁰

¹⁰ O não-racialismo é uma ideologia proeminente e uma tradição política na África do Sul que nasceu da oposição ao sistema racializado do apartheid. O termo é consagrado como um valor fundador no capítulo um da Constituição da África do Sul, embora seu significado preciso seja contestado por diferentes forças políticas. O PCAS era uma organização líder de política não racial, enquanto, por exemplo, o CNA reservou sua filiação exclusivamente para africanos até 1969. Ver Imraan Buccus, “The Dangerous-Collapse of Non-Racialism”, *New Frame*, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://www.newframe.com/the-dangerous-collapse-of-non-racialism/>.





Muitas lideranças anticoloniais, incluindo Josie, receberam formação política na Universidade Comunista dos Trabalhadores do Leste em Moscou. Seu prédio principal (à esquerda) que não existe mais, localizava-se em frente à Praça Pushkin.

Fotografia de referência de I. N. Pano, proveniente de Rossen Djagalov.

Abram caminho às mulheres que lideram

À medida que o PCAS enfrentava o desafio de se organizar em um movimento nacional de massas, deparava-se com a necessidade de dar mais atenção aos problemas únicos enfrentados pelas mulheres e fazer um esforço mais concentrado para organizá-las. Embora o partido tivesse certas posições progressistas, a questão da libertação das mulheres existia “mais no espírito do que de fato”, nas palavras da historiadora Mia Roth (1996, p. 128). Por que organizar mulheres era necessário para o sucesso geral do partido?

Na década de 1930, o trabalho organizado e o PCAS começaram a voltar sua atenção para as mulheres trabalhadoras e seu papel nas indústrias de manufatura e processamento. No entanto, as mulheres africanas estavam principalmente restritas ao serviço doméstico e constituíam uma pequena fração da força de trabalho formal (menos de 1%, de acordo com os dados disponíveis na década de 1950) (Schmidt, 1992). Aqui, Josie desempenharia um papel indispensável, construindo conexões entre o partido, outros grupos políticos, o movimento trabalhista e as mulheres. Desde sua estreia política em lutas comunitárias lideradas por mulheres, Josie sempre defendeu os direitos das mulheres, com foco particular nas lutas das africanas. Como disse um



historiador, “através dela, o PCAS foi capaz de disseminar ideias mais radicais sobre o papel que as mulheres deveriam desempenhar na política de oposição negra, entre as mulheres negras” (Walker, 1978. p. 83-84).

Para Josie, a participação das mulheres era uma necessidade estratégica para a classe trabalhadora conseguir derrubar o domínio colonial racista. Como resultado, ela defendeu ferozmente a participação política das mulheres em uma época em que poucas delas participavam de um discurso público tão radical. Nesse sentido, ela fez o seguinte apelo no jornal do partido contra o Projeto de Emenda às Leis dos Nativos de 1937, que limitaria ainda mais o tamanho das populações africanas em áreas urbanas de acordo com o número mínimo de trabalhadores necessários, além de outras restrições:

Nós, mulheres, devemos entrar em campo como lutadoras, pois somente com a nossa ajuda nossos homens podem lutar com sucesso contra esse novo projeto de lei. Somente pela luta conjunta podemos obrigar [a retirada] dessa nova lei escravagista.

Mulheres, não podemos mais ficar em segundo plano ou nos preocupar apenas com assuntos domésticos e esportivos. Chegou a hora de entrar no campo político e ficar lado a lado com os homens na luta (Mpama, 2003, p. 248).

Ao mesmo tempo, ela não se absteve de apontar e criticar como as relações patriarcais foram infundidas não só na sociedade, mas também dentro do partido, limitando a participação política das mulheres:

Entre todos os nossos líderes, é muito raro alguém ver suas esposas ou amigas acompanhando-os às reuniões, e em todas as suas lutas apenas algumas mulheres participam ativamente, exceto em locais em que tais lutas por taxas de inquilino são travadas, então algumas que não podem pagar tais taxas, e porque isso afeta a família como um todo [quando] eles descobrem que não há outra saída senão unir-se aos outros e assistir às reuniões. Então, assim que descobrem que ganharam ou perderam, voltam para casa e se voltam para suas esferas domésticas (Edgar, 2020, p. 245-246).

Junto com o combate às influências patriarcais, Josie também lutou para encorajar as mulheres a participar de lutas que pareciam distantes de suas realidades imediatas. No caso de uma proposta para dar aos homens africanos direitos limitados de voto e representação, ela refletiu que “muito poucas mulheres participaram da luta contra os Native Bills, provavelmente porque não tendo o voto, elas não achavam importante ajudar seus homens para manter o voto” (Mpama apud Edgar, 2020, p. 249).

Embora as mulheres africanas tenham resistido ao controle colonial de seu trabalho, terras e vida cotidiana



ao longo do início do século 20 (e bem antes), suas primeiras atividades de organização na África do Sul reforçaram os papéis de gênero conservadores, exigindo voz e voto enquanto mães, donas de casa etc., ou se limitaram a funções de apoio na luta contra o racismo. Em certas estruturas limitadas, as mulheres alavancaram consciente e taticamente conceitos como a maternidade, que eram muito valorizados, para promover sua emancipação de forma mais ampla, usando-os intencionalmente para manobrar dentro de espaços políticos limitados e atrair mulheres que não eram politicamente ativas (apesar de os tons essencialistas que tais conceitos retiveram).

Após a emancipação política das mulheres brancas em 1930 e o conseqüente aumento da participação das mulheres na atividade política, em 1931 o PCAS criou um departamento de mulheres que Josie lideraria. Inicialmente, predominavam as visões conservadoras, com as mulheres sendo vistas apenas como partidárias dos homens na luta. No entanto, isso começou a mudar à medida que o partido deu maior ênfase à possibilidade de as mulheres trabalharem lado a lado com seus colegas masculinos, encorajou concepções mais radicais de papéis de gênero e forneceu maior flexibilidade para as mulheres se organizarem em seus próprios termos.

Embora elas permanecessem uma minoria na filiação e liderança do partido, como observa o historiador CJ

Walker, “na área da emancipação das mulheres, o PCAS trouxe novas perspectivas para o incipiente movimento de libertação nacional da época” (1978, p. 76). A evolução progressiva da abordagem do PCAS em relação à questão de gênero surgiu de seu entendimento de que a principal contradição na sociedade era aquela entre os donos de propriedade e capital e aqueles que vendiam e dependiam de seu trabalho para sobreviver. Como resultado, embora suas palavras muitas vezes falassem mais alto que seus atos, essa análise, bem como sua defesa do não-racialismo, posicionou o partido para entender melhor os problemas enfrentados pelas mulheres trabalhadoras em comparação com outras organizações da época. Por exemplo, em comunicado divulgado em fevereiro de 1932, o partido declarou:

Trabalhadoras nativas, trabalhadoras brancas, realizem seus interesses, acordem para lutar por melhores condições lado a lado com seus maridos, pais e irmãos: somente por uma frente unida vocês poderão se livrar de toda a exploração que vocês sofrem sob o capitalismo no qual vocês como mulheres são as maiores sofredoras (idem, p. 90).

No início dos anos 1930, o partido planejou realizar uma conferência nacional de mulheres trabalhadoras, que visava “unificar e consolidar a luta seccional das mulheres (...) e trazer à existência uma organização permanente de luta pelas mulheres trabalhadoras da África do Sul”.



Apesar dessa conferência não ter se concretizado devido à agitação política dentro do partido, entre 1935-1937, Josie, junto com outros membros do partido, como Ray Alexander, continuou a convocar a organização e a atividade de mulheres militantes (idem, p. 85). Como Josie afirmou ao criticar uma organização conservadora de bem-estar social de mulheres por não conseguir organizar com sucesso campanhas em torno de questões que as afetavam: “eles devem abrir caminho [para] mulheres que liderarão e farão um movimento para realizar o trabalho” (Mpama apud Edgar, 2020, p. 252).

À medida que a campanha contra a Lei do Passe começou a crescer no final da década de 1940, aumentou a necessidade de uma organização feminina de base mais ampla. Em 1947, as mulheres do PCAS reuniram-se em Joanesburgo para estabelecer uma organização feminina não racial, a Transvaal All-Women’s Union, elegendo Josie como sua presidenta. Apesar de pequeno e localizado, foi de certa forma o protótipo de uma organização nacional de mulheres mais ampla que se formou nos anos posteriores (Sturman, 1996, p. 65-66). Pouco tempo depois, o sistema legal repressivo ganhou força com a aprovação da Lei de Supressão do Comunismo de 1950, que efetivamente baniu o PCAS, e uma proposta renovada para emitir cadernetas para mulheres africanas, entre muitas outras medidas, foi mais uma vez colocada na mesa.



Policiais verificam cadernetas de passes, que os negros eram obrigados a carregar sob o sistema do *apartheid* para restringir e controlar sua mobilidade socioeconômica e política.

Fotografia de referência proveniente de South African History Online, fotógrafo desconhecido.

Mulheres em marcha

A crescente repressão do Estado de *apartheid* apenas estimulou o movimento das mulheres a aprofundar seus esforços de organização. Em 1954, 146 delegadas representando cerca de 230 mil mulheres em todo o país de uma variedade de origens políticas reuniram-se em Joanesburgo para a conferência de fundação da Federação das Mulheres Sul-Africanas (FEDSAW, na sigla em inglês). Na conferência, os delegados prometeram seu apoio à emergente Aliança do Congresso, uma coalizão multirracial que foi formalmente estabelecida no ano seguinte e lançaria uma campanha nacional *antiapartheid* que gerou a maior participação em massa já vista. Josie participou da conferência em nome do Transvaal All-Women's Union e tornou-se presidente da filial do Transvaal da FEDSAW.

Apesar da historiografia pública propagada pelo CNA, após o fim formal do *apartheid* em 1994, tenha retratado a federação como sendo liderada quase exclusivamente por mulheres liberais afiliadas ao CNA, é importante notar que o FEDSAW foi, de fato, ideia da integrante do PCAS, Ray Alexander, e teve uma participação considerável de mulheres trabalhadoras de esquerda, de sindicalistas como Francis Baard a comunistas como Josie. Mesmo que apresentasse amplas demandas e objetivos liberais, como o direito de voto, seu documento

fundador, a Carta das Mulheres, também incluía uma série de elementos mais radicais que provavelmente foram adicionados devido à participação e esforços de mulheres de esquerda. Essas incluíam provisões que exigiam “pagamento igual e possibilidades de promoção em todas as esferas de trabalho”, “direitos iguais aos dos homens em relação à propriedade, casamento e filhos” e “a organização das mulheres em sindicatos” (FEDSAW, 1954). Enquanto a carta delineava as particularidades dos fardos reprodutivos sociais das mulheres e pedia que elas se auto-organizassem para alcançar direitos políticos e condições econômicas equitativas, também pedia que as mulheres lutassem ao lado dos homens em “uma luta comum contra a pobreza, discriminação de raça e classe, e os males do colorismo”. A Carta das Mulheres acabaria por se tornar a base para certos direitos constitucionais na África do Sul *pós-apartheid*.

Mesmo que a FEDSAW trabalhasse dentro da Aliança do Congresso, a Federação também tinha um mandato independente. No ano seguinte à sua criação, a FEDSAW e suas filiais organizaram mulheres em torno de questões de gênero, bem como campanhas mais amplas da Aliança do Congresso. Josie podia ser ouvida falando em eventos como a comemoração do Dia Internacional da Mulher em Joanesburgo em março de 1955, interpelando mulheres de várias origens sobre a situação das africanas.



O primeiro protesto nacional em grande escala da FEDSAW ocorreu em 27 de outubro de 1955, quando duas mil mulheres de todas as raças marcharam contra as Leis do Passe e o sistema de *apartheid*. No entanto, um mês antes da marcha, Josie recebeu ordens de restrição, o que tornou crime para ela participar de reuniões políticas públicas e participar de várias organizações políticas, incluindo a FEDSAW. Aos 52 anos, essas medidas repressivas obrigaram Josie a retirar-se publicamente das manifestações e dos principais órgãos de luta. Em sua última comunicação oficial do FEDSAW, Josie declarou a seus companheiros e companheiras:

Nunca as mentes dos seres humanos foram controladas. Nunca os olhos dos seres humanos foram fechados... Portanto, é natural que toda alma viva finalmente veja e siga o caminho para a LIBERDADE.

Josie ou não Josie, a luta continuará e o nosso será o dia da vitória (Mpama, 1995).

Um ano depois, em 9 de agosto de 1956, após décadas de trabalho, 20 mil mulheres desceram ao Union Buildings em Pretória, a sede oficial do governo colonial, carregando consigo pacotes de petições assinadas exigindo a abolição de todas as Leis do Passe do *apartheid*. A marcha, mostrando o sucesso dos esforços para organizar em massa as mulheres de todas as raças em um período

de tempo relativamente curto, inaugurou uma nova fase que transbordava de esperança. A Aliança do Congresso decidiria mais tarde que 9 de agosto seria comemorado como o Dia da Mulher na África do Sul. Hoje, o aniversário da histórica e multirracial Marcha das Mulheres para Pretória é um feriado oficial no país.





A Federação de Mulheres Sul-Africanas realizou sua conferência inaugural em 17 de abril de 1954 no Trades Hall em Joanesburgo, onde Josie presidiu a sessão "Women's Struggle for Peace".

Fotografia de referência de Eli Weinberg, proveniente do Arquivo de Pesquisa de Artigos Históricos, Universidade de Witwatersrand, por meio do Arquivo da Universidade de Western Cape Mayibuye.

Sempre colocando as pessoas pra cima

A partir do final da década de 1940, Josie tornou-se mais ativa na Igreja Anglicana e em grupos religiosos femininos, como a Sociedade Feminina da Igreja Mzimhlophe e o Comitê da Igreja Ekurhuleni, os quais desempenharam um papel importante na obtenção de bolsas para crianças, cestas básicas para famílias pobres e outras formas de assistência (Zwane, 2012, p 81-82). Vários fatores levaram Josie a fazer essa mudança, incluindo o desejo de se reconectar com sua família e comunidade após décadas priorizando o trabalho político, bem como o desejo de melhorar sua saúde física e bem-estar espiritual. Talvez o mais importante, para muitas mulheres que, como Josie, estiveram ligadas ao FEDSAW e foram banidas da vida política pública, os grupos religiosos de mulheres serviram como refúgio e forma alternativa de organização social dentro de um clima político hostil moldado pela repressão da atividade política *antiapartheid* (Zwane, 2012, p. 215).

Josie não via contradição entre o comunismo e o cristianismo (Davidson et al. 2003, p. xxvii). Em vez disso, como observa Edgar, ela via ambos como “expressões de seu compromisso com a justiça social” (Edgar, 2020, p. 214). Muito parecido com as tradições da teologia da libertação que se enraizaram em várias lutas de libertação nacional em todo o mundo, o envolvimento de Josie em



comunidades religiosas de base nas últimas décadas de sua vida pode ser melhor compreendido como sendo incorporado em uma compreensão libertadora semelhante de teologia e reconhecimento das funções sociais que a religião pode cumprir.¹¹

Apesar de seu afastamento da vida política pública, Josie continuou sendo alvo do Estado. Ela foi detida e presa por várias semanas durante o Estado de emergência declarado após o Massacre de Sharpeville em 1960 (a morte de 69 pessoas pela polícia durante um protesto público contra as leis de passe) e permaneceu no radar da polícia do *apartheid* nos anos que se seguiram (idem, p. 211-213). Isso não a impediu de, em suas próprias palavras, continuar a “colocar o povo para cima” (idem, p. 240). Ela apoiou seus netos quando eles atingiram a maioria nas lutas políticas do final dos anos 1970, particularmente durante as revoltas estudantis de 1976, e continuou a encorajar as mulheres a “se levantarem e se mexerem” (ibidem).

Após sua morte em 1979, Josie foi sepultada no Cemitério Avalon em Soweto ao lado de muitos conhecidos e desconhecidos baluartes da luta.

¹¹ Para saber mais sobre a relação entre religião e política, ver Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, dossiê n. 59, *Fundamentalismo religioso e imperialismo na América Latina: ação e resistência*, 19 de dezembro de 2022, <https://thetricontinental.org/dossier-59-religious-fundamentalism-and-imperialism-in-latin-america/>.

Josie ou não Josie, a luta continuará

De altos índices de violência a desemprego crônico, baixos salários e trabalho precário, os africanos, e as mulheres africanas em particular, vivem em um estado de profunda crise aninhada em um contexto social mais amplo de crise do capitalismo. Na África do Sul moderna, o feminismo é rotineiramente entendido como uma profissão, um modo de trabalho acadêmico e de ONGs, e não um projeto político popular. As feministas de base são sistematicamente ignoradas e prejudicadas pelo discurso da elite. Hoje, não há nenhum movimento feminista nacional popular organizado que esteja promovendo o legado de Josie.

O estrangulamento do feminismo de elite só pode ser desafiado e desfeito com o desenvolvimento de um feminismo genuinamente popular, um feminismo que entenda a agência e a organização política anticapitalista como essenciais para transformar nossa realidade social. Como disse Josie, “somente quando [os oprimidos] são politicamente avançados é que eles podem avançar educacionalmente, socialmente, economicamente e comercialmente” (Mpama, 2003, p. 247-48). Ao contrário de muitas mulheres de seu tempo, para Josie, ser membro e liderança de uma organização comunista desempenhou



um papel importante para possibilitar esse avanço político.

Ao longo de sua vida, Josie nunca vacilou em seu compromisso de mudar a realidade social da maioria. Em uma carta ao ministro da justiça do governo do *apartheid*, protestando contra o banimento de Josie da vida política pública, a ativista da Congress Alliance e secretária nacional da FEDSAW, Helen Joseph, a descreveu como alguém que “sempre trabalhou para o bem do povo como um todo” (Joseph, 1955). Para o bem do povo como um todo: esse é o legado de Josie Mpama.





Esta fotografia de membros do Comitê Distrital de Joanesburgo do CPSA em 1945 é uma das únicas imagens disponíveis em domínio público que captura Josie engajada no trabalho partidário.

Fotografia de referência proveniente de South African History Online, fotógrafo desconhecido.

Referências bibliográficas

Bunting, Brian. Moses Kotane: South African Revolutionary. Western Cape: Mayibuye Books, 1975.

Edgar, Robert R. Josie Mpama/Palmer: Get Up and Get Moving. Athens: Ohio University Press, 2020.

Federation of South African Women, Women's Charter, Johannesburg, 17 abr. 1954.

First, Ruth. "Appendix: Transcription of Ruth First's Speech on South African Women's Day", 9 ago. 1978', In: Klein, D. R. Negotiating Femininity, Ethnicity, and History: Representations of Ruth First in South African Struggle Narratives. Dissertação de PhD, University of Cape Town, 2006.

Joseph, Helen. Helen Joseph to Josie Mpama, 19 nov. 1955, Historical Papers Research Archive at the University of Witwatersrand, collection n. AD1137. Disponível em: <http://researcharchives.wits.ac.za/uploads/r/historical-papers-research-archive-library-university-of-witwatersrand/6/7/c/67ce8c3ac5dc7d816f675fdcf-489cae89d3e8a9255d3d0247ee782958ad00537/AD1137-Ad1-2-002-jpeg.pdf>.

Lodge, Tom. Red Road to Freedom: A History of the South African Communist Party, 1921–2021. Johannesburg: Jacana Media, 2021.

McClellan, Woodford. "Africans and Black Americans in the Comintern Schools, 1925–1934", *The International Journal of African Historical Studies* 26, n. 2, 1993.

Mpama, Josie. "Autobiography of J. Mpama". In: Davidson et al. (eds.) *South Africa and the Communist International: A Documentary History. Vol. 2 Bolshevik Footsoldiers to Victims of Bolshevisation 1931–1939*. London: Frank Cass, 2003.

Mpama, Josie to the Federation of South African Women, 26 out. 1955, Federation of South African Women 1954–1963, Historical Papers Research Archive at the University of Witwatersrand, collection n. AD1137. Disponível em: <http://researcharchives.wits.ac.za/uploads/r/historical-papers-research-archive-library-university-of-witwatersrand/6/7/c/67ce8c3ac5dc7d816f675fdcf-489cae89d3e8a9255d3d0247ee782958ad00537/AD1137-Ad1-2-002-jpeg.pdf>; Edgar, *Josie Mpama/Palmer*.

Roth, Mia. “Josie Mpama: The Contribution of a Largely Forgotten Figure in the South African Liberation Struggle”, *Kleio* 28, n. 1, 1996.

Schmidt, Elizabeth S. “Now You Have Touched the Women: African Women’s Resistance to the Pass Laws in South Africa, 1950–1960”. In: Redd, E. S (ed.). *The Struggle for Liberation in South Africa and International Solidarity: A Selection of Papers Published by the United Nations Centre Against Apartheid*, New Delhi: Sterling Publishers, 1992.

Sturman, Kathryn. *The Federation of South African Women and the Black Sash: Constraining and Contestatory Discourses About Women in Politics, 1954–1958*. Tese de doutorado, University of Cape Town, 1996.

Walker, C. J. *Women in Twentieth Century South African Politics: The Federation of South African Women, Its Roots, Growth and Decline*. Dissertação de mestrado, University of Cape Town, 1978.

Wells, Julia C. *We Now Demand!: The History of Women’s Resistance to Pass Laws in South Africa*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1994.

Zwane, Miriam Jeanette. *The Federation of South African Women and Aspects of Urban Women’s Resistance to the Policies of Racial Segregation, 1950-1970*. Dissertação de mestrado, University of Johannesburg, 2012.





**Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional (CC BY-NC 4.0)**

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



LAYLA AL-ATTA
1944-

NELA MARTINEZ
1912-2004

ANNA JULIA COOPER
1858-1964

SULAF JADALLA
1941-2002

1935-1967
FOROUGH FARROKHZAD

1840-1921
YASMINA

1921-1986
ANDRÉE BLOUIN

1952-1977
SAIDA MENEHBI

FUNMILAYO RANSOME-KUTI
1900-1978

1997-
ALAA SALAH

VILMA ESPÍ
1930-2011

1927-2014
SIMIN BEHBHANI

1946-2019
BETH CARVALHO

1923-2007
NAZIHA AL-DULAIMI

1971-2016
BERTA CÁCEDES

MARIE VIEUX-CHAUVIN
1916-

Las hermanas Mirabal
PATRICIA, MARILENE, MINERVA
1917-1961

NINA SIMONE
1933-2003

ASELA DE LOS SANTOS TAMAYO
1929-2020

1920-1990
"Concebimos la necesidad de una conciencia revolucionaria y la hemos logrado."
CARMEN CLARE

ZILE XAVIER PEREIRA
1925-2015

Marielle presente

1931-2014
ANAHITA RATEBZAD

1945-1993
RITA VALDIVIA

1929-2017
EMMA MASHINI

MARSHA P. JOHNSON
1992-

HAYDÉE SANTAMARÍA
1922-1980

MARGE CARSON
1927-1964

QIU 秋 JIN 瑾
1875-1907

1975-1856
MANUELA SÁENZ Y AIZPIRI

ALEXANDRA KOLODZAJ
1872-

MARIA BONITA
1911-1938

GODAVARI PARULEKAR

VARVARA STEPANOVA
1894-1958

FIRST
1925-1982

tricontinental

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

*é uma instituição internacional, organizado
por movimentos, com foco em estimular o debate
intelectual para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org